

**QUADRO II - EXERCÍCIO 2013**  
**PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013**

**QUADRO A.2.2.3.1 – Ações OFSS**

**Órgão: 26000 – Ministério da Educação**  
**Unidade: 26232 - Universidade Federal da Bahia**

<b>PROGRAMA 2109 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>	
Indicadores Utilizados	{META PREVISTA / META REALIZADA} * 100 (tanto para as metas físicas quanto para as financeiras)
<b>Tipo de Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas	
<b>Objetivo Geral:</b> Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
<b>Público Alvo:</b> Servidores Públicos Federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.	

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO /CÓDIGO: 2109.2004.26232.0029</b>						
<b>Assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes</b>						
<b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição:</b> Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
<b>Objetivo</b> Propor aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.						
<b>Unidade Orçamentária/Responsável:</b> Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP / Antônio Eduardo Mota Portela						
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução orçamentária e financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Pessoa Beneficiada	Unidade	6.158	-			
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada	
R\$ 1.607,00				Unidade		
<b>Análise Situacional</b>						

## **ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO / CÓDIGO: 2109.2010.26232.0029</b>						
<b>Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e Empregados</b>						
<b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição:</b> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.						
<b>Objetivo:</b> Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.						
<b>Unidade Orçamentária /Responsável:</b> Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP - Antônio Eduardo Mota Portela						
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Criança Atendida</b>	Unidade	405	-			
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	<b>Realizada</b>	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	-	
<b>Análise Situacional</b>						
<b>ORIENTAÇÃO</b>						
A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:						
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.  Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;</li> <li>• Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;</li> </ul>						
Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.						
Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.						
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja</li> </ul>						

significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO /CÓDIGO: 2109.2011.26232.0029**

**Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.

**Objetivo:** Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

**Unidade Orçamentária / Responsável:** Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP / Antônio Eduardo Mota Portela

**Lei Orçamentária 2013**

**Execução orçamentária e financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Pessoa Beneficiada</b>	Unidade	679	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	-

**Análise Situacional**

## ORIENTAÇÃO

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

<b>PROGRAMA 2109 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>	
<b>Indicadores Utilizados</b>	{META PREVISTA / META REALIZADA} * 100 (tanto para as metas físicas quanto para as financeiras)
<b>Tipo de Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas	
<b>Objetivo Geral:</b> Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
<b>Gerente:</b> WESLLYNTON LUIZ DA SILVA DE OLIVEIRA	
<b>Público Alvo:</b> Servidores Públicos Federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.	

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2109.2012.26232.0029</b>						
<b>Auxilia alimentação aos servidores e empregados</b>						
<b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição:</b> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.						
<b>Objetivo:</b> Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.						
<b>Unidade Orçamentária/Responsável:</b> Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP / Antônio Eduardo Mota Portela						
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução orçamentária e financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Pessoa Beneficiada</b>	Unidade	4.217	-			
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	<b>Realizada</b>	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	-	
<b>Análise Situacional</b>						

### ORIENTAÇÃO

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem

como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2109.4572.26232.0029**

**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

**Objetivo:** Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP/  
Antonio Eduardo Mota Portela

**Lei Orçamentária 2013**

**Execução orçamentária e financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Servidor Capacitado</b>	Unidade	1.300	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 7.379,79					

**Análise Situacional**

**ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- **Execução das metas:** Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- **Fatores intervenientes:** Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos



resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- **Restos a pagar:** Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- **Ações Prioritárias na LDO:** Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**PROGRAMA 2030 – EDUCAÇÃO BÁSICA**

<b>Indicadores Utilizados</b>	{META PREVISTA / META REALIZADA} * 100 (tanto para as metas físicas quanto para as financeiras)
-------------------------------	--

**Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas**Objetivo Geral:** Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.**Gerente:** CAROLINA CRISTINA MARTINS CAVALCANTE**Público Alvo:** Servidores Públicos Federais titulares de cargo efetivo**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2030.20RJ.26232.0029****Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica****Tipo:** Atividade

**Descrição:** Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.

**Objetivo:** Fomentar a oferta de capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.

**Unidade Orçamentária/Responsável:****Lei Orçamentária 2013****Execução orçamentária e financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Pessoa Beneficiada</b>	Unidade	4.910	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	<b>Realizada</b>
R\$ 53.324,43					

**Análise Situacional****ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante

subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.

- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**PROGRAMA 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**

<b>Indicadores Utilizados</b>	{META PREVISTA / META REALIZADA} * 100 (tanto para as metas físicas quanto para as financeiras)
<b>Tipo de Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação	
<b>Gerente:</b> WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA	
<b>Público Alvo:</b> Governo	

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.4002.26232.0029**

**Assistência ao Estudante do Ensino Superior**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento ou auxílio a alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior. Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior. Promover a permanência do estudante em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem os estudantes do ensino superior, inclusive estrangeiros, e o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior.

**Objetivo:** Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Promover a permanência do estudante em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem os estudantes do ensino superior, inclusive estrangeiros, e o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil/  
Dulce Tamara da Rocha Lamego da Silva

**Lei Orçamentária 2013**

**Execução orçamentária e financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Aluno Assistido</b>	Unidade	5.878	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
<b>R\$ 2.356.512,98</b>					

## Análise Situacional

### ORIENTAÇÃO

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.

Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.20GK.26232.0029****Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão****Tipo:** Atividade

**Descrição:** Desenvolvimentos de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimentos à comunidades como: implementação de ações educativas e culturais, manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento, e demais atividades inerentes às ações de ensino pesquisa e extensão; formação de grupos tutoriais e de apoio acadêmico, compostos por alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrados ou doutorandos ; realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão. Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infra-estrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas, à promoção e participação em eventos científicos, mediante critérios que levem em conta: os méritos técnico, acadêmico, científico ou tecnológico, bem como as especificidades regionais e das áreas do conhecimento, a edição de obras científicas e educacionais e demais atividades que contribuam para a qualidade das ações desenvolvidas pelos programas de pós-graduação e de programas da CAPES de formação, valorização e capacitação de profissionais, assim como a manutenção das Casas do Brasil no exterior, que atendem a estudantes e a pesquisadores brasileiros em missão de estudo. Oportunizar ao aluno universitário a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação das universidades mediante a formação de grupos tutoriais de alunos visando otimizar o potencial acadêmico dos estudantes e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional. Promover o desenvolvimento da pós-graduação nacional e de programas de formação, valorização e capacitação de profissionais, mediante a melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, dos cursos de formação de profissionais, por meio de investimento e custeio de atividades de ensino e pesquisa, da execução de projetos de cooperação entre instituições de ensino e/ou de pesquisa no país e exterior, participação e realização de eventos científicos nacionais e internacionais.

**Objetivo:** Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Oportunizar ao aluno universitário a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação das universidades mediante a formação de grupos tutoriais de alunos visando otimizar o potencial acadêmico dos estudantes e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional.

**Unidade Orçamentária/Responsável:****Lei Orçamentária 2013****Execução orçamentária e financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Projeto Apoiado</b>	Unidade	2.939	-	

<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
<b>R\$ 408.158,92</b>					
<b>Análise Situacional</b>					
<b>ORIENTAÇÃO</b>					
<p>A análise situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Execução das metas:</b> Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.  Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;</li> <li>• <b>Fatores intervenientes:</b> Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;;  Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.  Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.</li> <li>• <b>Restos a pagar:</b> Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.  Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.</li> <li>• <b>Ações Prioritárias na LDO:</b> Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.</li> <li>• Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.</li> </ul>					

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.8282.26232.0029****Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – No Estado da Bahia****Tipo:** Atividade

**Descrição:** Apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e às necessidades de manutenção identificadas pelas IFES. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. Auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas.

**Objetivo:** Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN/  
Maria Isabel Pereira Vianna

**Lei Orçamentária 2013****Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
55.086.146,00						

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Vaga Disponibilizada</b>	Unidade	3.857	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
<b>37.437.331,08</b>					

**Análise Situacional****ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou



cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.

- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**P=**

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.8282.26232.2261****Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – No Município de Salvador****Tipo:** Atividade

**Descrição:** Apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e às necessidades de manutenção identificadas pelas IFES. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. Auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas.

**Objetivo:** Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN/  
Maria Isabel Pereira Vianna

**Lei Orçamentária 2013****Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
1.700.000,00						

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Vaga Disponibilizada</b>	Unidade	270	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	-

**Análise Situacional****ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.

- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.8282.26232.7032**

**Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Construção do Centro de Convivência – No Município de Barreiras - Bahia**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e às necessidades de manutenção identificadas pelas IFES. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. Auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas.

**Objetivo:** Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN/  
Maria Isabel Pereira Vianna

### Lei Orçamentária 2013

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
1.000.000,00						

#### Execução Física

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Vaga Disponibilizada</b>	Unidade	1	-	

#### Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	-

#### Análise Situacional

##### ORIENTAÇÃO

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou

cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.

- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.20RK.26232.0029**

**Funcionamento das Universidades Federais – No Estado da Bahia**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Garantia do funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.

**Objetivo:** Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Pró-Reitoria de Ensino de Graduação / Ricardo Carneiro de Miranda Filho

**Lei Orçamentária 2013**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
79.228.403,00						

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Aluno Matriculado</b>	Unidade	40.386	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
16.871.678,59					

**Análise Situacional**

**ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que

motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.20RK.26232.2261**

**Funcionamento das Universidades Federais - No Município de Salvador**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Garantia do funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.

**Objetivo:** Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Pró-Reitoria de Ensino de Graduação/ Ricardo Carneiro de Miranda Filho

### Lei Orçamentária 2013

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
400.000,00						

#### Execução Física

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Aluno Matriculado</b>	Unidade	1	-	

#### Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	-	-	-

#### Análise Situacional

##### **ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- **Execução das metas:** Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- **Fatores intervenientes:** Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que



motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.20RK.26232.7016**

**Funcionamento das Universidades Federais - Reestruturação da Faculdade de Direito**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Garantia do funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.

**Objetivo:** Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

**Unidade Orçamentária/Responsável:**

**Lei Orçamentária 2013**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
500.000,00						

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Aluno Matriculado</b>	Unidade	1	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	-	-	-

**Análise Situacional**

### **ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras

são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.20RK.26232.7018****Funcionamento das Universidades Federais – Aquisição de Equipamentos****Tipo:** Atividade

**Descrição:** Garantia do funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.

**Objetivo:** Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

**Unidade Orçamentária/Responsável:****Lei Orçamentária 2013****Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
30.000.000,00						

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Aluno Matriculado</b>	Unidade	10	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	-	-	-

**Análise Situacional****ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras

são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2032.20RK.26232.7042**

**Funcionamento das Universidades Federais – Reforma e Ampliação da Biblioteca da Faculdade de Direito**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Garantia do funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.

**Objetivo:** Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

**Unidade Orçamentária/Responsável:**

**Lei Orçamentária 2013**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
100.000,00						

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Aluno Matriculado</b>	Unidade	1	-	

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada
<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	-	-	-

**Análise Situacional**

**ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que

motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**Órgão: 26000 - Ministério da Educação**  
**Unidade: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA**

<b>PROGRAMA 0089</b>	
<b>PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO</b>	
<b>Indicadores Utilizados</b>	{META PREVISTA / META REALIZADA} * 100 (tanto para as metas físicas quanto para as financeiras)
<b>Tipo de Programa:</b> Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e a seus pensionistas e dependentes.	
<b>Objetivo Específico:</b> Garantir o pagamento de proventos aos servidores civis inativos do poder executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.	
<b>Público Alvo:</b> Servidores públicos federais titulares de cargos efetivos, servidores inativos, dependentes e pensionistas.	

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 0089.0181.26259.0029</b>
<b>Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis</b>
<b>Tipo:</b> Operações Especiais
<b>Descrição:</b> Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores. Pagamento via sistemas informatizados dos proventos e pensões aos inativos e pensionistas.
<b>Objetivo:</b> Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
<b>Unidade Orçamentária/Responsável:</b> 26359/150247 – Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia / Roberto José Meyer Nascimento

<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	<b>Realizada</b>	

<b>Análise Situacional</b>
<b>ORIENTAÇÃO</b>
A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira,</li> </ul>



contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**PROGRAMA 2109 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

<b>Indicadores Utilizados</b>	{META PREVISTA / META REALIZADA} * 100 (tanto para as metas físicas quanto para as financeiras)
<b>Tipo de Programa:</b> Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
<b>Gerente:</b> Wellynton Luiz da Silva de Oliveira	
<b>Público Alvo:</b> Governo	

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2109.2004.26359.0029</b>	
<b>Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</b>	
<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Descrição:</b> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade, ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.	
<b>Objetivo:</b> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.	
<b>Unidade Orçamentária/Responsável:</b> Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia/ Roberto Meyer	

**Lei Orçamentária 2013**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada	Unidade			

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada

**Análise Situacional**

**ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos

orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2109.2010.26359.0029**

**Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e Empregados**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque a partir do requerimento aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93.

**Objetivo:** Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme Art. 3º do Decreto 977/93.

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia / Roberto José Meyer Nascimento

**Lei Orçamentária 2013**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança atendida	Unidade			

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada

**ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em

2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO:</b>						
<b>Tipo:</b>						
<b>Descrição:</b>						
<b>Objetivo:</b>						
<b>Unidade Orçamentária/Responsável :</b> Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia / Roberto José Meyer Nascimento						
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada	
<b>Análise Situacional</b>						
<b>ORIENTAÇÃO</b>						
<p>A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Execução das metas:</b> Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade. Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;</li> <li>• <b>Fatores intervenientes:</b> Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;; Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão. Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.</li> <li>• <b>Restos a pagar:</b> Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU. Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em</li> </ul>						

2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2109.2011.26359.0029****Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados****Tipo:** Atividade

**Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia pela União, de natureza jurídica e indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, pelos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

**Objetivo:** Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, pelos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia / Roberto José Meyer Nascimento

**Lei Orçamentária 2013****Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor beneficiado	Unidade			

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada

**Análise Situacional****ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados



esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2109.2012.26359.0029**

**Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados**

**Tipo:** Atividade

**Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório, e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97 ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

**Objetivo:** Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeados com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório. : Pagamento, em caráter indenizatório, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos.

**Unidade Orçamentária/Responsável:** Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia / Roberto José Meyer Nascimento

### Lei Orçamentária 2013

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

#### Execução Física

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor beneficiado	Unidade			

#### Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada

### Análise Situacional

#### ORIENTAÇÃO

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- **Execução das metas:** Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- **Fatores intervenientes:** Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuiram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- **Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.**

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- **Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.**
- **Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.**

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2109.20CW.26359.0029</b>						
<b>Assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes – Exames Periódicos</b>						
<b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição:</b> Realização de exames periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.						
<b>Objetivo:</b> Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.						
<b>Unidade Orçamentária/Responsável:</b> Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia / Roberto José Meyer Nascimento						
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Servidor beneficiado	Unidade					
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	<b>Realizada</b>	
<b>Análise Situacional</b>						
<b>ORIENTAÇÃO</b>						
<p>A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Execução das metas:</b> Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.  Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;</li> <li>• <b>Fatores intervenientes:</b> Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;;  Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.  Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.</li> <li>• <b>Restos a pagar:</b> Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.  Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em</li> </ul>						

2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO/ CÓDIGO: 2109.09HB.26359.0001****Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais****Tipo:** Operações Especiais**Descrição:** Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do Art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.**Objetivo:** Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do Art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.**Unidade Orçamentária/Responsável:** Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade federal da Bahia / Roberto José Meyer Nascimento**Lei Orçamentária 2013****Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada

**Análise Situacional****ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;

Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante

os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.

**PROGRAMA 2032 - EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO****Indicadores Utilizados** {META PREVISTA / META REALIZADA} \* 100  
(tanto para as metas físicas quanto para as financeiras)**Tipo de Programa:** Apoio a Políticas Públicas e Áreas Especiais**Objetivo Geral:****Gerente:****Identificação da Ação/ Código:** 2032.4086.26359.0029**Funcionamento dos Hospitais de Ensino****Tipo:** Atividade**Descrição:** Manutenção das atividades para o funcionamento e melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.**Objetivo:** Assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino. Ação padronizada setorial executada pelas unidades, obedecidas as normas legais que regem as mesmas.**Unidade Orçamentária/Responsável:** Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade federal da Bahia / Roberto José Meyer Nascimento**Lei Orçamentária 2013****Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade Mantida	Unidade			

**Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição de Metas	Unidade de Medida	Realizada

**Análise Situacional****ORIENTAÇÃO**

A análise Situacional deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

- Execução das metas: Análise da execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira, contextualizando, sempre que possível, as regiões/estados beneficiados com a aplicação dos recursos, possíveis efeitos da sua realização em 2013 na área na qual a ação está inserida, bem como a sua representatividade frente às demandas internas ou externas da unidade.

Devem ser dispostos também neste item razões para eventuais créditos adicionais solicitados ou cancelamentos efetivados nas dotações originalmente consignadas à ação;

- Fatores intervenientes: Evidenciação de eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, falta de estrutura, problemas na licitação, etc.;



Caso o contingenciamento tenha constituído um fator interveniente, devem ser realçadas as razões que motivaram as escolhas sobre quais ações esse recairia, uma vez que as restrições orçamentárias e financeiras são estabelecidas para o órgão.

Devem ser realçados também neste item os fatores que contribuíram para a superação dos resultados esperados no exercício e/ou mitigação dos fatores negativos, notadamente as estratégias empreendidas pela gestão nesse sentido.

- Restos a pagar: Possíveis razões para inscrição de valores em restos a pagar, caso o montante seja significativo em relação à dotação da ação em 2013. Análise da adequação da inscrição ao que dispõe a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986 e demais normativos que regem a matéria, notadamente no que se refere à existência de obrigação de pagamento para o ente, pendente ou não de implemento de condição, consoante os termos do Acórdão 2659/2009-Plenário- TCU.

Possíveis impactos do volume de recursos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2013, para execução da ação com base no orçamento 2013.

- Ações Prioritárias na LDO: Avaliar a execução das ações prioritárias definidas pela LDO, explicitando as razões para eventual baixa execução, empenho menor que 50% da dotação, ou as providências adotadas para que sua execução fosse priorizada no decorrer do exercício.
- Além dessas questões o gestor poderá abordar outros aspectos concernentes à ação/subtítulo que julgar relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, bem como disponibilizar informações referentes à execução no âmbito do plano orçamentário, caso relevantes para uma melhor compreensão da gestão.